

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
95143 7 2007 DR. SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Secretário da Educação apresenta Piso Nacional do Magistério

Páginas 4 e 5

Sancionada lei que amplia licença-maternidade

Páginas 4 e 5

Educação autoriza projeto que filtra internet nas escolas

Página 11

Aprovado Plano de Carreira da Polícia Civil

Deputados dão sinal verde para projeto que organiza cargos de provimento efetivo garantindo evolução salarial e de carreira; três propostas para PM serão apreciadas até o dia 16

Eduardo Guedes de Oliveira



Nas galerias, representantes da segurança pública acompanham discussão e votação de projeto histórico para servidores

Páginas 4 e 5

Mais segurança na sede do Legislativo

Jonas Lemos Campos



O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello, inaugurou, dia 8, as novas instalações do hall principal do Palácio Barriga Verde. Entre as inovações, espaços como a Galeria de Presidentes e a Biblioteca do Poder Legislativo. A novidade fica por conta da entrada distinta para pedestres e veículos à sede do Legislativo, do sistema de segurança, além da climatização, sonorização e iluminação de ambientes.

Presidente Jorginho Mello, deputada Ada e servidores descerram placa

Página 8

Parlamento destaca 25 anos da ADVB de Santa Catarina

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados prestam homenagem à entidade

Página 3

Projeto da LDO será votado em Plenário até o dia 15

Página 7

OPINIÃO

Governo não valoriza orçamento regionalizado

Muito discutido e debatido, mas pouco valorizado pelo governo estadual, o Orçamento Regionalizado, como vem sendo organizado pela Assembléia Legislativa e posto em prática pelo Executivo, divide opiniões. Com raízes nos anos 70, a prática, que através dos tempos já mudou inclusive de nome, precisa agora mudar sua dinâmica e a postura do Executivo que executa porcentagem mínima do que é elencado pela população com o apoio dos parlamentares. Caso contrário, corre o risco de se caracterizar como mais uma fonte de desperdício de recursos públicos, de tempo e de paciência dos catarinenses.

A respeito de nossa participação e das medidas que achamos necessárias para validar e dar maior vitalidade ao orçamento regionalizado citamos o histórico de participação em muitas audiências públicas e a assinatura na Proposta de Emenda Constitucional – PEC 001.0/2007,

colocada pela liderança do Partido Progressista.

Ouvir da sociedade organizada, das representatividades sociais, dos cidadãos, dos prefeitos, vereadores e secretários de cada região quais as prioridades querem ver implementadas é o primeiro passo de um legítimo e exemplar processo democrático. A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 001.0/2007, que tramita a passos de tartaruga na Alesc, pode corrigir distorções, evitar atrofias, propaganda enganosa e fazer justiça com todos os catarinenses, ao acrescentar os artigos 120-A e 120-B à Constituição do Estado de Santa Catarina.

O artigo 120-A determina que, "recebidas as proposições do plano Plurianual e da lei orçamentária anual, e constatado não haverem sido integralmente contempladas as prioridades estabelecidas nas audiências públicas do orçamento regionalizado, a Assembléia Legislativa as incluirá, como emendas da

comissão permanente competente, no texto legislativo a ser submetido à aprovação do Plenário.

O Art. 120-B, por sua vez, determina ser, "de execução impositiva a programação constante da lei orçamentária anual relativa às prioridades estabelecidas nas audiências públicas do orçamento regionalizado, nos termos da legislação complementar pertinente, ressalvada a possibilidade de aprovação, pela Assembléia Legislativa, de proposição do Chefe do Poder Executivo Estadual, de contingenciamento ou cancelamento da respectiva dotação orçamentária".

O caminho é este, aprofundar as discussões nas audiências públicas, aprovar a PEC que torna as reivindicações da sociedade impositivas e contar com o Governo do Estado para concretizar as obras elencadas pelos catarinenses, independente de região ou partido político.

Deputado Reno Caramori (PP)

Pelos direitos de todos

Depois de quase três anos, retornamos à Assembleia Legislativa para fazer do parlamento mais um espaço de luta pela conquista de novos direitos para os catarinenses. Afinal, o trabalho que iniciamos no mandato anterior e as causas pelas quais sempre atuamos tiveram continuidade em outros espaços sociais neste período.

Por isso uma das prioridades nos próximos dois meses no parlamento será o fortalecimento dos bombeiros voluntários enquanto importante um instrumento para atender as demandas sociais na área da Defesa Civil em Santa Catarina, o que significa ampliar os investimentos públicos no setor. No mandato anterior, apresentamos uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para regulamentar a profissão do bombeiro civil voluntário no Estado e incluímos uma emenda orçamentária que assegurou mais de R\$ 2 milhões para a categoria.

Já esta semana, apresentamos uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 (LDO) a fim de ampliar a previsão orçamentária para o próximo ano. Afinal, cerca de 1,5 milhão de catarinenses em 72 municípios contam com os serviços prestados pelos bombeiros voluntários no Estado, hoje organizados em 30 corporações que possuem sede em 35 municípios.

Na economia, vamos trabalhar pela adesão dos trabalhadores autônomos à nova lei federal do Empreendedor Individual, propondo um Fundo Garantidor de Crédito para estimular a inserção desses profissionais no mercado formal e potencializar a geração de emprego e renda no Estado. Na agricultura, trabalharemos para que o Estado cumpra a lei federal que determina a aquisição de 30% dos produtos da merenda escolar da agricultura familiar; e retomar o incentivo à banicultura, apre-

sentando proposições para incluir a banana na merenda escolar. A valorização dos servidores públicos; a desoneração tributária estadual; a realização de estudos de viabilidade para tornar alguns serviços prestados pelo Detran mais baratos e mais acessíveis ao cidadão; e o apoio às políticas públicas e aos programas do governo do Presidente Lula em Santa Catarina, também serão prioridades.

Em cada ação ou proposição, queremos que cada cidadão catarinense que acredita em uma sociedade melhor sintam-se bem representado nestes dois meses. Por isso nosso mandato também será aberto, plural e democrático, a fim de que a participação popular insira-se nas discussões e nas decisões e seja co-autora da conquista de novos direitos para todos.

Deputado Dionei Walter da Silva (PT)

Exposição retrata paixão por gatos

A exposição "Um olhar sobre gatos", da arquiteta Sandra Assis, reúne duas de suas maiores paixões: a pintura e os gatos. Esta é a primeira vez que a artista apresenta suas obras ao público. Os 18 quadros retratando felinos foram expostos na Galeria de Arte Meyer Filho, no hall da Assembleia Legislativa, entre os dias 6 e 10 de julho.

Após terminar o curso de Arquitetura, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sandra voltou aos bancos da faculdade para cursar Artes Visuais. Depois de quatro semestres, mostra nesta exposição várias técnicas de pintura aprendidas na academia: óleo, acrílica, têmpera vinílica, têmpera ovo, aquarela e encáustica.

Sandra baseia-se em fotos dos animais e também nos gatos de sua família. "Esses animais são maravilhosos. Além de sua beleza, são fontes de inspiração. Eu olho para eles e já penso como iria pintá-los", disse.



Sandra Assis: primeira exposição

[AGENDA]

- **Dia 13, 14 horas** - Divulgação da Cartilha Familiarizando a Adoção nas Escolas, elaborada pelo Grupo Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo a Família e à Mulher - Estudos e Apoio à Adoção de Florianópolis
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **Dia 14, 9 horas** - 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros
- **Dia 14, 13 horas** - Audiência Pública para discutir a sonegação fiscal do combustível álcool hidratado em Santa Catarina
Local: Sala das Comissões
- **Dia 15, 17 horas** - Seminário sobre Saúde promovido pelo Sindicato da Saúde de Santa Catarina
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros
- **Dia 16, 8 horas** - Conferência Municipal de Educação – CONAE
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros
- **Dia 17 e 18, 10 horas** - Atividades das Associações Italianas e Círculos Ítalos-Brasileiros em Santa Catarina
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **Dia 17, 18h30min** - Seminário sobre Reforma Política e Participação de Mulheres
Local: Plenarinho Paulo Stuart Wright
- **Dia 17, 19 horas** - Sessão Solene em Homenagem aos 75 anos de Emancipação Político-Administrativa do Município de Concórdia
Local: Rua Getúlio Vargas, 112 - Clube 29 de Julho - Concórdia/SC

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopesla (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Eduardo Guedes de Oliveira



Proposta pelo deputado Giancarlo Tomelin, cerimônia destaca trajetória da entidade, que foi presidida pelo parlamentar de 2002 a 2005, e tem-se pautado na busca da responsabilidade social

Parlamento presta homenagem aos 25 anos da ADVB/SC

Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing se destaca na revelação de talentos e de novas estratégias catarinense

Denise Arruda Bortolon

A Assembleia Legislativa realizou, dia 7, uma sessão especial em comemoração aos 25 anos de fundação da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil/seccional de Santa Catarina (ADVB/SC). Proposta pelo deputado Giancarlo Tomelin (PSDB), a cerimônia teve a presença dos deputados José Natal Pereira (PSDB), Darci de Matos (DEM) e Professor Sérgio Grando (PPS); do secretário especial de Articulação Internacional, Vinícius Lummertz, que representou o governador do Estado; do presidente do Conselho Deliberativo da ADVB/SC, Leonardo Fausto Zipf, do presidente da ADVB/SP, Miguel Ignatios, além do presidente da ADVB/SC, Carlos

Joffre do Amaral Netto.

Tomelin presidiu a instituição entre os anos de 2002 e 2005. Para ele, a ADVB representa uma fonte de relacionamentos que revela novos talentos e novas estratégias, com responsabilidade social. "Não adianta sermos um profissional ou termos uma empresa bem-sucedida se a cultura não está sendo colocada em primeiro plano e se não se preserva o meio ambiente. O prêmio Empresa Cidadã, concedido pela ADVB, toca o dedo na ferida do empreendedor", declarou. Ele falou ainda sobre os outros prêmios e eventos oferecidos pela instituição, ressaltando sua importância para a melhoria dos profissionais.

Natal destacou a relevância

da responsabilidade social para o país. "Ela deveria ser feita pelo governo federal, mas como isto não acontece, cabe às instituições privadas lutarem por isto e se preocuparem com o bem-estar da sociedade. Por este motivo congratulo a entidade", comentou.

As experiências da iniciativa privada trazidas ao Parlamento catarinense por Tomelin foram citadas por Darci de Matos. O deputado também falou sobre a importância de ações voltadas à sociedade e ao meio ambiente. "A ADVB é uma instituição cidadã, que se preocupa com a qualidade de vida da população catarinense."

Conforme Lummertz, a entidade nasceu no período de redemocratização do país, com

a missão de trazer criatividade e esperança à sociedade. "A ADVB tem uma missão ainda mais desafiadora que a que nos trouxe até aqui. É preciso que ela se renove", disse, ao falar sobre as exigências do mercado.

Evolução

Para Leonardo Zipf, a entidade busca constantemente a alta performance, sem esquecer da responsabilidade social. "Sabemos o quanto ainda podemos e devemos fazer por esta nação. A nossa característica principal é a perseverança. A luta é conjunta e não sobra espaço para o egoísmo", refletiu.

O presidente da Federação Nacional das Associações dos Di-

rigentes de Vendas e Marketing do Brasil (FENADVB), Agostinho Turbian, fez uma relação entre as ações da instituição que servem de modelo com os políticos do país. "Noventa e nove por cento dos políticos do nosso país são sérios. Apenas 1% faz estardalhaço. Estamos passando por um bom momento e Santa Catarina serve de modelo para o resto do país", afirmou.

Amaral Netto falou sobre as três palavras que guiam a ADVB/SC: relacionamento, capacitação e reconhecimento. Segundo ele, a instituição leva ao mercado conhecimento com qualidade. "O conhecimento não é mais um diferencial, é obrigação para quem quer competir na selva do empreendedorismo", afirmou.

Os homenageados

Ex-presidentes:

Eurides Antunes Severo – Fundador – 1984
Luiz Nozar – Gestão: 1984 a 1989
Roberto da Luz Costa – Gestão: 1990 a 1993
Paulo Sérgio Gallotti Prisco Paraíso – Gestão: 1994 a 1997
Derly Massaud de Anunciação – Gestão: 1998
Carlos Woloski Mussi – Gestão: 1998 a 1999
José Carlos Portella Nunes – Gestão: 2000 a 2001
Giancarlo Tomelin – Gestões: 2002 a 2003 e 2004 a 2005
Natanael Santos de Souza – Gestão: 2006 a 2007
Carlos Joffre do Amaral Netto – Gestão: 2008 a 2009
Augustinho Turbian – primeiro presidente da (FENADVB)

Personalidades de vendas:

Leonardo Fausto Zipf (Duas Rodas)
Décio da Silva (Weg)
Oswaldo Douat (Doaut Têxtil)
Ninfa König (Átrio Hotéis)
João Batista Murad - in memoriam (Parque Beto Carrero)
Wander Wéger (Malwee)
Fernando Marcondes de Mattos (Costão do Santinho)
Vicente Donini (Marisol)

Jorge de Freitas (Intelbras)
Mauro Olsen (Tigre)
Roberto Barreiros (Box 32)
Hans Dieter Didjurgeit (ADD/Makler)
Manoel Zaroni Torres (Tractebel)
Sônia Regina Hess de Souza (Dudalina)
Antônio Koerich (Lojas Koerich)
Acari Luiz Menestrina (Cedrense)
Marcelo Correia Petrelli (RIC Record)

GERAL

Governo sanciona lei que amplia licença-maternidade

Todas as servidoras efetivas do Estado tiveram ampliado, desde o dia 7, o período de licença-maternidade de 120 para 180 dias. A Lei Complementar n.º 009/09, de autoria governamental, foi comemorada em Plenário pela deputada Ada Faraco de Luca (PMDB), que enviou uma indicação ao governo solicitando estudos em relação ao assunto.

Conforme a deputada, mais de 48 mil servidoras estaduais terão o direito garantido. "Agora serão seis meses para se recuperar do parto, amamentar seu bebê nos horários certos, dar todas as vacinas e cuidar bem dos seus pimpolhos", disse.

A parlamentar afirmou que a extensão do benefício será boa

para os dois lados, tanto para a mãe como para o governo. "A mãe ficará mais tempo em casa com seu filho. Consequentemente, quando ela voltar ao trabalho estará mais forte psicologicamente", completou. Os pais também serão favorecidos. A licença paternidade passa de oito para 15 dias.

A lei ainda prevê um importante incentivo para a adoção, uma vez que o direito também se estende às mães e pais adotantes. "Esse benefício vai garantir mais tempo para a adaptação da criança à nova família e ao novo lar. E isso tudo só está sendo possível porque o governador Luiz Henrique da Silveira é um homem sensível e preocupado

com as causas das mulheres e das mães", destacou.

Projeto

Na época da apresentação, o projeto de lei continha um estudo da Sociedade Brasileira de Pediatria segundo o qual o leite materno e a presença constante da mãe são indispensáveis para o perfeito desenvolvimento nos seis primeiros meses de vida.

Ada ainda lembrou que os deputados José Natal Pereira (PSDB) e Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) já haviam tentado apresentar um projeto semelhante, mas como a proposição teria que partir do governo, foi vetado.

Divulgação Secom



Presidente Jorginho Mello, ao lado da deputada Ada, aplaude sanção de lei complementar por Luiz Henrique

Servidores da Saúde reivindicam reajuste salarial

Funcionários da área da Saúde estiveram na Assembleia Legislativa dia 7 para apresentar uma pauta de reivindicações. O ato foi proposto pelos servidores da Maternidade Darci Vargas, de Joinville, dia 3, durante reunião onde o deputado Darci de Matos (DEM) se comprometeu a promover uma reunião entre o SindSaúde e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB).

O objetivo é tratar da pauta salarial da categoria. Segundo a presidente do SindSaúde, Edileuza Garcia Fortuna, o setor está sem reajuste há mais de três anos. "Temos que pressionar para que o governo cumpra a decisão do Tribunal de Justiça de

conceder reajuste salarial para os servidores da Saúde, cujo prazo para envio do projeto de lei para esta Casa se encerrou na segunda-feira", disse.

Durante o ato, um significativo número de servidores acompanhou a sessão ordinária com cartazes, recebendo o apoio de parlamentares.

"É mais um exemplo do descaso do governo estadual com os servidores da saúde, que estão há mais de três anos com os salários defasados. Além disso, faltam profissionais nos hospitais e a população sofre cada vez mais com a falta de estrutura e leitos, e com a ameaça das privatizações", completou.

A pauta de reivindicações ain-

da pede o reajuste no pagamento de auxílio alimentação, que está há oito anos no mesmo valor e a extensão do direito aos servidores aposentados e em gozo de férias e licenças prêmio.

O deputado Darci de Matos afirmou que é um direito da categoria lutar pelos seus interesses. "É uma reivindicação justa e o setor é merecedor de atenção. Tenho certeza que o Legislativo vai interceder e as partes chegarão a um denominador comum", falou o parlamentar.

O deputado Elizeu Mattos (PMDB), líder do governo, esteve em contato durante toda a tarde com membros do Executivo, mas não garantiu a chegada do projeto antes do recesso.

Parlamento aprova Plano de Carreira da Polícia Civil

Projeto organiza cargos de provimento efetivo da instituição, permitindo a evolução funcional e salarial da categoria

Diante de centenas de trabalhadores da segurança pública, a Assembleia Legislativa aprovou, dia 8, por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar (PLC) n.º 25/2009, que cria o Plano de Carreira da Polícia Civil de Santa Catarina. Depois de uma célere tramitação, graças ao empenho da categoria e à disposição do Parlamento, a proposta do Executivo organiza os cargos de provimento efetivo da instituição, permitindo a evolução funcional dos policiais civis.

O projeto visa à evolução salarial para a classe que está organizada como "Grupo Autoridade Policial" e "Subgrupo Agente da Autoridade Policial". Com a medida, o Estado pretende valorizar o potencial profissional, desempenho exigido nas funções policiais, além de incentivar a qualificação profissional aliada às funções da carreira e à realização pessoal. O PLC assegura a democratização com relação às oportunidades de crescimento profissional, promoção e mérito. De acordo com o projeto, assim será racionalizada e melhorada a qualidade da Segu-

rança Pública prestada à sociedade catarinense.

Conforme o texto aprovado, o Grupo Autoridade Policial abriga o delegado de Polícia Civil. O servidor terá uma jornada de trabalho de 40 horas semanais com atribuições como chefiar as atividades de Polícia Judiciária do Estado, apuração de infrações penais, exceto as militares, e atividades de interesse da Polícia Civil e da Segurança Pública.

Os integrantes da carreira de delegado de polícia só poderão ser designados por ato do delegado-geral em entrância diferente da sua, mediante anuência do interessado. Referente à lotação e movimentação como o delegado de polícia substituto, terá exercício em unidade policial conforme escolha de vaga feita pelos nomeados, observada a ordem de classificação em concurso público.

O delegado-geral da Polícia Civil pode designar ao delegado de polícia substituto para ter exercício em qualquer órgão da instituição, bem como para substituir os delegados de polícia das demais entrâncias em



Eduardo Guedes de Oliveira



Policiais acompanham votação do Projeto de Lei Complementar 25/2009 que regula crescimento profissional

seus afastamentos legais e exercer outras atribuições legais.

O Subgrupo Agente da Autoridade Policial integra três funções:

agente - executa os serviços de Polícia Judiciária e investigativa ou administrativa, sob a direção da autoridade policial ou do superior

imediate; escrivão, lavra e subscreve os autos e termos de sua competência; psicólogo, com a função de emitir laudos psicológicos.

Projetos da PM serão votados antes do recesso

Por sugestão do deputado Romildo Titon (PMDB), as comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública aprovaram, dia 8, o calendário de tramitação de outros três projetos referentes ao segmento. Aproximadamente 500 profissionais da Segurança Pública estiveram na Assembleia Legislativa para acompanhar a deliberação.

Os projetos foram entregues na tarde do dia 7 ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), pelo secretário de Estado de Coordenação e Articulação, Valdir Cobarchini.

Um dos projetos trata do abono de R\$ 300 - a primeira parcela de R\$ 100 com previsão de pagamento no próximo mês de agosto, a segunda em fevereiro e a última em agosto de 2010 - para todo o grupo da segurança pública, como agentes prisionais, policiais militares, civis e rodoviários, bombeiros, entre outros. O segundo prevê uma indenização por morte, de R\$ 100 mil, ou invalidez, de R\$ 50 mil, ao trabalhador vítima durante a atividade profissional. O último pretende beneficiar a Polícia Militar



Eduardo Guedes de Oliveira

Policiais militares acompanham nas galerias sessão conjunta das comissões

para que haja um equilíbrio salarial com a Polícia Civil.

Magistério

Atendendo pedido da deputada Professora Odete de Jesus (PRB) e do deputado Professor Sérgio Grandó (PPS), também foi incluído nesse calendário de tramitação e votação, com aval também da Comissão de Trabalho e Serviço Público, antes do recesso parlamentar dia 17 de julho, o PLC n.º 29/09, do Executivo,

que incorpora ao vencimento dos membros do Magistério Público estadual o abono de R\$ 100 concedido no ano de 2004, e institui o complemento ao Piso Nacional do Magistério.

Pelo calendário, no 13, será dada vista coletiva a todos os deputados. Neste mesmo dia, até às 18 horas, apresentação de emendas. No dia 15, reunião conjunta das quatro comissões para discussão e votação do relatório final e, no período da tarde, votação em Plenário.



Eduardo Guedes de Oliveira

Secretário de Estado da Educação confirma incorporação de abono

Bauer anuncia Piso Nacional do Magistério

Em sessão especial dia 7, na Assembleia Legislativa, o secretário de Estado da Educação, Paulo Bauer (PSDB), compareceu para apresentar a implantação do Piso Nacional do Magistério em Santa Catarina. A convocação foi uma iniciativa da bancada do Partido dos Trabalhadores feita ainda no ano de 2008 e só atendida agora pelo secretário.

Para justificar o atraso da definição do piso, Bauer pediu a compreensão por conta da necessidade de se ultrapassar a fase de dificuldades que o Estado atravessa desde novembro do ano passado. "Além da queda na arrecadação provocada pela crise econômica mundial e a catástrofe climática do ano passado, tivemos uma redução no Fundeb de R\$ 13 milhões", argumentou o secretário.

Bauer comunicou que nenhum professor da rede estadual vai ganhar menos do que o piso

nacional do magistério. "A partir de agosto de 2009, os educadores catarinenses passam a receber, no mínimo, R\$ 1.020, retroativos a janeiro. Também está confirmada a incorporação do abono de R\$ 100 que a categoria vinha recebendo. O valor será incorporado em quatro parcelas de 25%: em agosto deste ano, em fevereiro, maio e agosto de 2010", afirmou.

Os professores com licenciatura plena (nível superior em início de carreira e regime de 40 horas) que receberam R\$ 724,95 em janeiro de 2003 vão ganhar, em agosto de 2010, a quantia de R\$ 1.441,45. Para os professores com nível médio, cujos vencimentos em janeiro de 2003 eram de R\$ 498,26, o total será de R\$ 1.053,24 em agosto do próximo ano. Os formados no nível médio e cuja regência é de 25% tinham R\$ 444,48 no início de 2003. Para alcançar os R\$ 1.020, terão um complemento mensal até que atinjam o valor do piso.

Decreto autoriza venda de licença

O secretário ainda comunicou que o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) assinou decreto que permitirá aos mais de 10 mil servidores próximos da aposentadoria "venderem" licenças-prêmio acumuladas.

Os deputados do PT, Décio

Góes e Dirceu Dresch, questionaram o secretário sobre o valor do piso que, segundo eles, deveria estar fixado em R\$ 1.132. Bauer explicou que a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), encaminhada por cinco estados da federação, contesta a hora/atividade, o que acarretaria a contratação de mais 7 mil professores. "A Justiça considerou pertinente a ação e coube a cada estado autonomia para deliberação sobre a utilização do sistema de hora/atividade. Analisando a disponibilidade de

recursos chegamos a R\$1.020."

O secretário acrescentou que poderia utilizar o dispositivo que garante ao Estado que ultrapassar os 25% de sua arrecadação para pagamento da folha, por conta da implantação do piso, recorrer ao governo federal.

Relembrando uma promessa de campanha do governador Luiz Henrique, o deputado Joares Ponticelli (PP) perguntou ao secretário quando seria possível a equiparação do salário dos professores da rede estadual de ensino ao dos professores da rede municipal de Joinville, ao que Bauer respondeu: "Quem administra prefeituras pode pagar melhor na educação porque não tem despesas com os aposentados. Já o Estado tem 42% de sua folha aos aposentados, o que inviabiliza esta equiparação".

Em defesa de mudanças no petróleo

Campanha "Pré-Sal é Nosso" busca novo marco regulatório para exploração do recurso natural

Solon Soares



Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul vai entregar manifesto ao presidente Lula

Catarinenses se sensibilizam com mobilização

A campanha "O Pré-Sal é Nosso" é uma promoção da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS), Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS), com a colaboração de diversas entidades. Na Assembleia gaúcha foi criado um comitê com representantes da sociedade para a ampliação do debate.

O gigantesco reservatório de petróleo e gás natural tem

800 quilômetros de extensão, 200 quilômetros de largura, e se estende do litoral de Santa Catarina ao do Espírito Santo. Está entre 5 mil e 7 mil metros abaixo do nível do mar na plataforma continental brasileira.

Vários parlamentares catarinenses participaram do debate sobre o pré-sal. Para o líder do PT, deputado Dirceu Dresch, o tema é propositivo e fundamental, principalmente para o ano de 2010, um ano eleitoral. "É preciso

que os candidatos explicitem sua posição quanto à necessidade de um Estado forte e às privatizações. É necessário discutir os interesses por trás da privatização de serviços essenciais."

O deputado Sargento Amauri Soares (PDT) foi além e afirmou que um país como o Brasil, que deseja ter domínio sobre suas riquezas naturais, precisa construir uma nova legislação, criar um novo marco regulatório para a exploração e comercialização.

O presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Ivar Pavan (PT), esteve no Parlamento catarinense, dia 8, para mobilizar deputados na busca de um novo marco regulatório para a exploração do petróleo da camada pré-sal. Com a palestra "Pré-sal: o Petróleo e a soberania nacional", ele buscou sensibilizar os parlamentares catarinenses para a importância de se mudar a legislação vigente que permite a apropriação dessa riqueza por empresas estrangeiras.

Ivar Pavan disse que todos os estados interessados nessa partilha estão mobilizados na elaboração de um manifesto que deverá ser entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em grande ato público, em Brasília. "Queremos que toda a sociedade esteja envolvida no assunto que é de extrema importância. Não basta a vontade do presidente. É preciso que as pessoas tomem consciência do que isso representa para o Brasil", afirmou Ivar Pavan.

O parlamentar disse também que a atual lei que trata da exploração do petróleo no Brasil é prejudicial. "Enquanto que em outros países exportadores de petróleo, em média, 84% da exploração vão para o governo, no Brasil essa participação fica entre 10% e 45%, o que torna necessário um novo marco regulatório", destacou.

A deputada Professora Odete

de Jesus (PRB), que solicitou o encontro, disse que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina vai formar um comitê estadual com o envolvimento de várias entidades, em defesa desse tema. "Precisamos explorar e usar esse bem, que é nosso", afirmou a deputada, referindo-se aos royalties do petróleo.

Diante do amplo debate, o líder do PT no Parlamento catarinense, deputado Dirceu Dresch, sugeriu que o assunto passe a fazer parte da pauta da Casa, com debates em Plenário.

Mudanças

Ivar Pavan tem visitado os legislativos nacionais pregando que a atual legislação brasileira, que regula a questão, criada em 1997, reduziu o papel do Estado e retirou o controle nacional desde a criação da Petrobras, nos anos 50. "Isso possibilitou a entrada de empresas internacionais no setor petrolífero, deixando que somente 40% dos recursos gerados com a exploração e venda do petróleo ficassem no Brasil", ressaltou o parlamentar gaúcho. Considerando a mobilização nacional em defesa da bandeira "O Pré-sal é nosso" um grande desafio, Ivar Pavan defendeu que a legislação garanta a apropriação do petróleo pelo Brasil e a divisão igualitária entre todos os estados da federação.

Audiência debate segurança pública em Navegantes

Divulgação

A Assembleia Legislativa, por intermédio da Comissão de Segurança Pública, realizou dia 29, na sede do Grêmio Esportivo Navegantes, uma audiência pública para debater a falta de segurança e o conseqüente aumento da criminalidade na região. O encontro, que reuniu aproximadamente 2 mil pessoas, contou com a presença de deputados estaduais, federais, vereadores, sociedade civil e autoridades, entre elas o prefeito Roberto Carlos de Souza (PSDB) e o secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet.

Como membro da comissão, o deputado Adherbal Deba Cabral (PMDB) abriu os trabalhos lembrando que a iniciativa visa acolher de forma prática as reivindicações apresentadas pelo legislativo municipal de Navegantes, elaboradas junto às entidades ligadas à questão.

Alcídio Reis Pera (PMDB), pre-



Secretário Benedet participa de reunião e promete ações para a região

sidente da Câmara, destacou sete reivindicações de caráter emergencial para amenizar a insegurança. Entre elas, constituir a 3ª Companhia de Navegantes em Guarnição Especial ou um Batalhão da Polícia Militar; aumentar o quadro de efetivos da Polícia Militar, Civil e Corpo de Bombeiros, hoje incompatível com o crescimento da região. Ele também solicitou aparelhamento e instrumentação

na infraestrutura das corporações, com a aquisição de viaturas; substituição da viatura da Polícia Civil no transporte de presos por uma viatura "caixa" para condução diária de presos ao presídio de Itajaí; ampliação da Delegacia; estruturação de quatro Postos Ostensivos nos bairros mais afastados do centro, e implantação do monitoramento por câmeras eletrônicas de vigilância.

Benedet promete reforço policial

Diante das reivindicações para melhorar a segurança na região, o Secretário Ronaldo Benedet se comprometeu a enviar mais policiais e bombeiros para ao município, além de viaturas. Ele ainda alegou que a transformação da 3ª Companhia em Batalhão de Polícia Militar já está em andamento. "É apenas uma questão de tempo", falou.

Quanto ao sistema de monitoramento por câmeras, o secretário afirmou que a iniciativa depende de um convênio entre o governo do Estado e a prefeitura. "A qualquer momento 300 policiais poderão ser nomeados e outros 300 iniciaram academia para ingressar no órgão ainda este ano", frisou.

Segundo números apresentados na reunião, em 2009 Navegantes registrou até a data do encontro 15 homicídios, quando a média nacional é de 14 para cada

100 mil habitantes. Só no primeiro semestre deste ano foram registrados 3.598 atendimentos na Delegacia de Polícia Civil e 2.355 Boletins de Ocorrência.

A Polícia Militar conta com 60 policiais para atender aproximadamente 60 mil habitantes, ou seja, um policial para cada 1.000 habitantes, quando o recomendável por organismos internacionais é de um policial para cada 250 habitantes.

Aproveitando a oportunidade, a vereadora Norma Espíndola (PR) entregou aos membros do Poder Judiciário um abaixoassinado com cerca de 3 mil assinaturas de moradores que são a favor da implantação do toque de recolher em Navegantes. A medida já foi apresentada e aprovada na Câmara, mas aguarda um parecer da juíza e do promotor de justiça da comarca.

GERAL

LDO será votada em Plenário dia 15

Com 106 emendas acatadas, projeto define ações e programas a serem executados em cada área

Jonas Lemos Campos

Scheila Dziedzic

O Projeto de Lei 106/09, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) será votado em Plenário dia 15. Na reunião da Comissão de Finanças e Tributação, no último dia 8, foi aprovado o parecer do relator, Renato Hinnig (PMDB), que acatou 106 das 185 emendas apresentadas pelos deputados. Oito são emendas ao texto do projeto de lei e 98 ao anexo de metas, que define as ações e os programas a serem executados em cada área. Todas as emendas são resultantes das audiências públicas do Orçamento Regionalizado (OR).

O relatório da LDO focou no atendimento às demandas apontadas pelas comunidades nas 13 audiências públicas do OR, constando, inclusive, a afirmação de compromisso do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) em priorizar

a execução das propostas em 2010. A solicitação inicial da Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia, de acesso em tempo real ao sistema da execução orçamentária das prioridades do Orçamento Regionalizado, não foi atendida e o acompanhamento será feita através de um relatório bimestral.

O relator Renato Hinnig justificou a rejeição das 69 emendas de parlamentares, todas encaminhadas pela bancada do Partido dos Trabalhadores, que solicitavam a incorporação de atividades e programas à LDO, com a dificuldade do Estado em disponibilizar recursos e a determinação de priorizar a execução do OR.

Entre as emendas previstas, estão a alocação de recursos suplementares para a Assembleia Legislativa, a serem aplicados na recuperação e ampliação do



Comissão de Finanças aprova parecer final do relator Renato Hinnig, com emendas do Orçamento Regionalizado

Palácio Barriga Verde e na cobertura de eventuais insuficiências financeiras decorrentes do novo sistema de legislação previdenciária do Estado (Iprev).

Outra ação incluída como

prioritária é a implementação do Programa de Educação Fiscal, destinado à modernização da administração tributária estadual e voltado ao incremento de arrecadação e controle fiscal.

Segundo Hinnig, é necessário investir mais no controle e cobrança de tributos estaduais a fim de possibilitar incremento de receita ao Estado para que haja maiores investimentos nas áreas

Educação autoriza filtro em computadores de escola

Eduardo Guedes de Oliveira

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida no momento pelo deputado Antônio Aguiar (PMDB), aprovou, dia 7, por unanimidade, 11 projetos de lei. Dois deles, o PL nº 629/07 e o PL nº 143/09, geraram amplos debates.

De autoria do deputado Serafim Venzon (PSDB), o PL 629/07 determina que as escolas da rede pública estadual e privada instalem filtros para detectar e proibir o acesso de conteúdo pornográfico em seus equipamentos de informática. Com a iniciativa, os laboratórios de informática à disposição dos alunos nas instituições de ensino serão bloqueados.

Já o PL 143/09, do Poder Executivo, autoriza a aquisição de imóvel em Rio do Sul. Trata-se de uma área



Deputados dão sinal verde a projeto que bloqueia conteúdo pornográfico

de 4.219 m² a ser desmembrada de um imóvel maior para construir o Centro de Educação Profissionalizante de Rio do Sul (Cedup).

Os demais projetos trataram da concessão de títulos de Utilidade Pública para entidades.

Moção contra privatização

Os deputados aprovaram, dia 8, a moção do líder do PDT, deputado Sargento Soares, que aplaude o Sindicato dos Eletricários de Florianópolis e Região por ação empreendida pela entidade, impedindo a deflagração do processo de privatização da Celesc S.A., depois de muitos embates.

A iniciativa do parlamentar repercute a saída do presidente estadual do PMDB, Eduardo Pinho Moreira, da presidência da empresa dia 7. Segundo Soares, os sindicalistas entraram, mesmo sem ser convidados, na reunião

do Conselho Administrativo da Celesc, dia 2, dia em que estaria em pauta, ou em processo de discussão interna, a colocação da estatal no novo mercado da bolsa de valores, que só aceita ações ordinárias.

“Neste novo processo da bolsa de valores as ações preferenciais detidas pelo governo do Estado seriam transformadas em ações ordinárias, representando apenas 20% do direito de voto. Assim estaria aberto o caminho para a privatização”, comentou o parlamentar.

Veto é mantido

O Parlamento também manteve, dia 8, o veto do governador ao Projeto de Lei nº. 359/2008, de autoria do deputado Jailson Lima (PT), que tornaria obrigatórias a administração das vacinas do calendário básico nacional e outras determinadas pela Secretaria de Estado da Saúde e disciplinadas por Normas Técnicas, para ingresso em instituições públicas e de ensino do Estado de Santa Catarina. Apesar do apoio de alguns parlamentares da oposição e da base governista, o veto foi mantido por 15 votos contra 13.

Distritos buscam emancipação

Representantes das comunidades de Balneário Rincão, em Içara, e Pescaria Brava, em Laguna, no Sul do estado, participaram, dia 8, de uma reunião com deputados da região. Foi decidido que a Comissão de Emancipação, presidida pelo deputado Décio Góes (PT), vai pedir urgência à Procuradoria Geral da União (PGU), no processo de emancipação dos dois distritos.

A comissão que também é integrada pelos deputados Julio Garcia (DEM), José Paulo Serafim (PT), Ada Faraco De Luca (PMDB) e Valmir Comin (PP), irá a Brasília entregar o pedido, em agosto, ao corregedor do PGU, autor da ação contra a emancipação, e ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde haverá audiência com o ministro Marco Aurélio de Mello, relator do processo.

Na reunião na Assembleia, os procuradores do Parlamento, Fábio Magalhães Furlan e Cecília Biesdorf Thiesen, esclareceram que é grande a probabilidade de o STF se manifestar contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), proposta pela PGU.

As duas comunidades iniciaram o movimento pela emancipação em 2003, quando os dois municípios foram criados por duas leis sancionadas pelo governador. Eles não puderam ser implantadas devido à Adin do PGU.

As questões envolvendo emancipações são disciplinadas pela Emenda Constitucional nº 57, de 2006, que convalida os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006.

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados da região recebem lideranças de Balneário Rincão e Pescaria Brava

INSTITUCIONAL

Fotos Carlos Kilian



Jorginho Mello destaca marca de funcionários da Assembleia na reforma, que inclui acesso distinto a pedestres e veículos, equipamentos de segurança, biblioteca e galerias de presidentes e de artes

Hall do Palácio Barriga Verde de cara nova

Obras de reambientação geram novos espaços e garantem segurança e conforto à população

Graziela May Pereira

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), reabriu para o público, no dia 8, o hall do Palácio Barriga Verde, sede do Poder Legislativo desde 1970. Ele destacou a competência dos servidores do Legislativo que contribuíram com o projeto de engenharia e fiscalizaram o andamento das obras. "Quando me foi apresentada a proposta fiquei maravilhado. A obra mostra a marca dos funcionários da Casa", disse.

Acompanhado da deputada Ada Faraco De Luca (PMDB), do diretor da Assembleia responsável pela obra, Edenirso José Acorsi, do coordenador de serviços técnicos, Mansur Melquíades Elias Júnior,

e da representante do setor de Limpeza, Claudete Coelho, o presidente Jorginho Mello descerrou a placa comemorativa ao ato.

Foi inaugurada a Galeria de Presidentes, com quadros de todos os 45 deputados que comandaram o Legislativo. No espaço também está instalada a Galeria Meyer Filho que agora, com nova iluminação e climatização, está mais adequada para as exposições promovidas no Parlamento. "A Galeria Meyer Filho e a Galeria de Presidentes são espaços especiais, que prestam justa homenagem", afirmou.

No total, foram investidos R\$ 1.446.392,77 durante as obras que duraram 117 dias. O projeto arquitetônico da reambientação

é assinado por Giovanni Bonetti.

De acordo com Jorginho Mello, a reambientação do espaço tem como principal objetivo oferecer conforto e segurança a todos os funcionários e visitantes. "A Assembleia Legislativa é a Casa do Povo e é assim que ela deve ser. Somos a caixa de ressonância do Estado. Por isso devemos muito aos catarinenses", completou.

O presidente também destacou o novo sistema de segurança que terá uma central de monitoramento com a presença constante de dois policiais militares. Ao todo, foram instaladas 46 câmeras de vigilância no prédio. Na entrada, ficarão dois policiais controlando o fluxo de visitantes, que passarão pelos

detectores de metal. Também no hall principal funciona o novo espaço da Biblioteca do Legislativo, antes localizada no quarto andar. A partir de agora, o local, que conta com 6 mil exemplares, disponibilizará computadores e sistema digitalizado, facilitando a pesquisa do público.

A entrada diferenciada para veículos e pedestres é novidade. O novo balcão de atendimento aos visitantes, contemplando a acessibilidade, o que proporciona aos cadeirantes identificação visual, foi comemorado por Jorginho Mello, que garantiu que tudo foi pensado para o bem-estar e conforto da população. "A necessidade de adequação era um anseio de todos nós e ver isso pronto me dá orgulho."

Homenagem aos municípios catarinenses

Outra inovação é o espaço que homenageia os municípios catarinenses. No acesso de pedestres estão expostas as bandeiras dos municípios aniversariantes na semana. "Esta é uma homenagem do Poder Legislativo a todos os 293 municípios catarinenses. Eles merecem todo nosso respeito e consideração porque fazem de Santa Catarina o que ela é", justificou Jorginho Mello.

Nesta semana estão sendo homenageados os municípios de Treviso, Santo Amaro da Imperatriz, Bocaina do Sul, Palmeira, Luiz Alves, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Entre Rios, Jupirá, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Bernardino, São João Batista, Penha e Praia Grande.

Outra preocupação foi melhorar as condições do espaço para abrigar o grande público que comparece em eventos e nas principais votações da Casa. O hall principal do Parlamento catarinense tem, agora, nova iluminação e climatização, além de sistema de som adequado e telão para transmitir, em tempo real, as sessões plenárias e atividades legislativas.



Inaugurada a Galeria com quadros de 45 presidentes do Legislativo



Jornalistas conhecem sistema de segurança, com central de monitoramento